

A EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL EM AMBIENTE NÃO FORMAL

Flávio José Santos Miranda (1); Lucas Antônio Ribeiro Cardoso (1); Wagner Salgado da Silva (2).

(1) Universidade do Estado do Pará – UEPA – arte@flaviomiranda.com.br

(1) Universidade Federal de Pernambuco - UFPE – lucascardoso18@outlook.com

(2) Instituto Federal de Pernambuco – IFPE – wagnersalgado@hotmail.com

RESUMO: A violência intrafamiliar é um tema que muito se discute, sendo fator preocupante, pois ocupam altos índices estatísticos. A partir dos levantamentos sobre as causas de violência, foi discutido a forma do atendimento das crianças vítimas de violência, tendo em vista a proposta de inclusão social com base na educação especial. O Abrigo Cordeirinho de Deus abriga doze crianças de 6 a 12 anos, todas vítimas de violências causadas no seio familiar e que por determinação do poder judiciário, fazem cumprir o direito da inviolabilidade. A educação especial atua no atendimento das pessoas marginalizadas desenvolvendo trabalhos educacionais na inclusão social das pessoas de acordo com cada cultura vivida, respeitando suas características sociais e intermediando o conhecimento para o desenvolvimento pessoal e profissional. O abrigo apresenta em sua estrutura física e em seu currículo pedagógico, as práticas educacionais, sem o aparato administrativo de uma escola e por isso é reconhecido como um ambiente de educação não formal. Para o embasamento deste trabalho foram feitos estudos bibliográficos com referenciais teóricos para o enriquecimento do debate neste estudo. No decorrer desta produção, foram exibidos de formas implícitas os objetivos sobre o atendimento das vítimas de violência intrafamiliar e a importância do resgate do papel social dos atores visando ressocializar essas pessoas dentro das práticas educativas da educação especial no processo de inclusão. Percebe-se a importância de desenvolver a autonomia e a identidade para que haja valorização do ser humano, a fim de que exerça o direito de um futuro mais humano e igualitário.

Palavras-chave: Educação Especial. Educação Não Formal. Violência Intrafamiliar.

INTRODUÇÃO

A criança, desde o nascimento, adquire relações de dependência e de afeto pelos seus pais, tornando o ambiente familiar também um ambiente natural protetivo. Segundo Vygotsky, a educação familiar traz consequências na vida da criança fazendo com que ela manifeste os valores vividos em seus lares. Ao fazer um retrospecto no histórico social, nota-se que se criou uma cultura de “educar” as crianças para a aceitação de ordem dos adultos, de modo que elas coercitivamente precisam acatar as ordens dos “mais velhos”, facilitando a ocorrência de práticas violentas.

De acordo com o UNICEF (2006), a violência no ambiente familiar preocupa as autoridades, pois essa prática já ocupa índices alarmantes nos dados estatísticos das práticas gerais de violência. Um fator preocupante é que por ser uma ação realizada dentro da própria casa das famílias, as autoridades competentes não são, em muitos casos, informadas

inviabilizando a realização um atendimento especializado a fim de resguardar a vítima. As práticas de maus tratos se apresentam das seguintes formas: abuso ou violência (física, emocional ou psicológica, sexual, negligência, exploração comercial e outra), segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS, World Health Organization [WHO], 1999).

A princípio, o trabalho com os alunos requer atenção pois devido à violência sofrida antes de ingressarem no abrigo, as crianças desenvolvem uma barreira psicoemocional como forma de defesa para a não aproximação com outras pessoas.

Para Maria Aparecida Alves da Silva (ESCOLA, 29/05/2012):

Enfrentar uma situação de violência intrafamiliar contra criança não é uma tarefa fácil para nenhum profissional, seja ele um trabalhador da área da saúde, da assistência social ou da educação. Essa situação desperta muitas dúvidas e temores, pois envolve crenças e valores muito arraigados na cultura.

Dessa forma é importante construir uma proposta para uma sociedade inclusiva buscando práticas da educação especial na formação social das crianças vítimas de violência intrafamiliar em ambiente não formal, dentro de um planejamento estratégico pautado em um currículo que valorize o papel social.

METODOLOGIA

O Abrigo Cordeirinho de Deus em Belém do Pará atualmente atende 12 crianças que foram encaminhadas por determinação judicial da vara da criança e do adolescente, mantendo-se o anonimato de suas identidades, acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) pois estas crianças foram vítimas de violência intrafamiliar. Nas dependências, há um espaço de convivência educativo, onde semestralmente passam alunos da Universidade do Estado do Pará (UEPA), a partir do acordo firmado entre o abrigo e a instituição de ensino superior. Esses alunos praticam a disciplina de estágio em ambiente não escolar sob a supervisão da professora tutora que conduz as atividades realizadas com as crianças internas.

No mês de abril, iniciou-se a disciplina e, sob a supervisão da pedagoga que trabalha no abrigo, foram passados os fatores que ocasionaram o acolhimento das crianças naquele local. Dos doze internos, 4 eram vítimas de maus tratos físico (espancamento); 3 (ambos são irmãos) eram vítimas de violência sexual; 3 vítimas de trabalho escravo na própria família e 2 eram vítimas de abandono, pois os pais eram usuários de entorpecentes.

Com a proposta de estabelecer a interação social entre os alunos, para que se desfça os traumas causados pela violência intrafamiliar, busca-se práticas educativas que levem a reflexão do trabalho coletivo para que essas crianças percebam seu papel social através da sua

capacidade de produção.

[...] condições para um ensino prático-reflexivo nas diversas áreas epistemológicas, através de atividades que possam fomentar nos alunos competências e habilidades profissionais de sistematização, de observação, de reflexão, de pesquisa e de inovação. (CARVALHO, 2010, p.3-4).

Os trabalhos realizado no abrigo das crianças foram sobre musicalização, pintura, contação de histórias e aula passeio, tiveram a temática “do que eu quero para o futuro”, tendo como proposta curricular o conhecimento da realidade das crianças e o que elas almejavam para suas vidas. Através da produção desses trabalhos foi realizado uma roda de conversa entre as crianças, assistida pelos educadores.



Figura 1 – Apresentação da turma



Figura 2 – Contação de Histórias

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Até antes da conclusão deste trabalho não havia dados na literatura sobre a educação especial no ambiente não-formal com crianças vítimas de violência intrafamiliar internadas em abrigos do Estado do Pará. A construção deste trabalho se deu através da disciplina “Estágio em ambiente não formal”, sob a supervisão da pedagoga responsável pelas práticas educativas do Abrigo Cordeirinho de Deus, na cidade de Belém do Pará.

Para o entendimento dos casos atendidos no abrigo serão colocados trechos de conversas de alguma das crianças e seus nomes reais serão substituídos por fictícios:

Tio, sinto saudades da minha mãe. A última vez que vi ela, estava usando uma pulseira na perna (tornozeleira eletrônica). Ela me batia muito desde quando eu era pequenininha (...) Mariana, 8 anos.

A minha mãe e o marido dela (padrasto) fumavam maconha em casa e bebiam cachaça na minha frente e dos meus irmãos (...) Sílvia, 11 anos.

Eu quero ser polícia quando crescer, pra prender quem bate em criança. Tinha muita raiva do meu pai, porque ele me batia igual como bate em gente grande, ele já até quebrou minha boca (...) Maria, 11 anos.

Moreira e Sousa (2012) apresentaram uma análise sociológica como forma de identificação das causas da violência no meio familiar, as formas de atendimento, as medidas protetivas dos órgãos competentes e o acompanhamento psicossocial de crianças. Além de dialogar com agentes sociais como professores, pais e profissionais da saúde através da troca experiências, para buscar meios para reduzir casos de violência intrafamiliar.

As consequências da violência intrafamiliar são traumas que atingem principalmente o envolvimento social dessas crianças e em muitos casos a interação delas com o meio é a agressividade como forma de defesa. É comum nas famílias dessas crianças uma desestruturação no acompanhamento dos pais com o rendimento dos seus filhos nas escolas, pois esses pais transferem para os professores a responsabilidade de educar somente e usam o tempo em que as crianças estudam como forma de se “livrar” da interação com elas. A relação entre a criança e seus familiares se torna arredia e cheia de barreiras psicológicas de convivência. Essas causas acontecem antes de os menores serem incluídas nos abrigos, pois muitas práticas de violência intrafamiliar já acontecem a muitos tempos e os traumas vão tomando grandes proporções nas crianças.

Ao serem tuteladas pela justiça e encaminhadas ao abrigo, muitas delas passam por uma mudança de cotidiano, pois elas passam a se relacionar em um outro meio social do que vivam antes e no início dessa mudança as reações por parte dessas crianças são de recolhimento, com pouco contato com as demais pessoas que integram o abrigo. Para Cassol e De Antoni, no abrigo tece-se uma teia para o acolhimento social e afetivo mediante a interação com os profissionais preparados *ad hoc*. Algumas crianças passam pouco tempo, pois algum parente próximo solicita a guarda e de acordo com o levantamento social feito pelo poder judiciário, o menor pode voltar ao convívio deste parente. Em outros casos, crianças passam anos abrigadas, na espera de uma família que possa cumprir com as exigências legais para a adoção e por este motivo, com o passar do tempo essas crianças passam a ter uma relação familiar com a equipe de trabalho do abrigo.

A prática do estágio em campo, garante um conhecimento de causa nos diferentes

ambientes onde um pedagogo pode atuar, resolvendo conflitos e dando soluções para buscar a finalidade de fazer a educação acontecer em qualquer espaço com resultados favoráveis no processo de inclusão.

A construção de um currículo, com suas intenções e desfecho em relação as atividades, exige do educador um comprometimento com a proposta de trabalho e as metas alcançadas. A equipe de estágio optou por atividades que faz com que essas crianças pudessem desenvolver seu processo criativo para que fosse trabalhado o senso crítico.

A proposta de inclusão foi elaborada com a escolha de trabalhos como musicalização, pintura, contação de histórias e aula passeio e o tema as crianças decidiram em coletivo qual o papel que elas queriam desenvolver no seu futuro. Foram relatados para as crianças que a educação é uma forma de busca para os objetivos da vida e que deve ser respeitado a escolha das pessoas, pois através do respeito há uma valorização cultural e de costumes adquiridos no meio social que cada pessoa vive. Na culminância dos trabalhos as crianças entenderam que é capaz de aprender nos espaços sociais e que elas relataram que querem buscar conhecimentos para contribuir com a sociedade. Para os educadores que trabalham com a educação especial, a importância de atuar em um ambiente não formal é fundamental para atender pessoas com outros dilemas, além das síndromes e deficiência na perspectiva de inclusão, contribuindo no desenvolvimento social para buscar seus direitos e cumprirem com seus deveres como cidadãos.

Nos estudos, (Cecconello et al., 2003) apresentam propostas sobre a educação em ambientes não-formal tem como finalidade que as pessoas socializem o conhecimento em seus modos de conviver, de se expressar, de valorizar culturas e definir comportamentos que traçam o perfil de um determinado meio social.

Em Gouvêa (2002, p.9), entende-se que dentro do sentido de ética e cidadania, desperta o envolvimento das pessoas em causa solidárias. No processo de inclusão, as práticas que envolve, principalmente, serviços voluntários, no caso da violência intrafamiliar, traz às vítimas, uma evolução na relação entre com outras pessoas, além do resgate da confiança nas pessoas.

Os educadores trabalharam com as crianças do abrigo, o processo inclusão e as crianças realizaram os seus trabalhos de forma coletiva temas das suas metas pessoais. Na proposta da inclusão praticada no ambiente não formal, os educadores têm o papel de romper com o dilema de que a função social das pessoas é algo limitado. Os educadores atuam na mediação do conhecimento dando às pessoas, mais acesso a cidadania para quem se acha

excluído do meio social. A educação especial abrange o atendimento das pessoas marginalizadas, que tem seus direitos tolhidos como no caso das crianças vítimas de violência doméstica.

CONCLUSÃO

A importância do papel do educador na formação dos alunos é fundamental, pois tanto o profissional da educação que atua na educação especial, quanto o discente, absorvem conhecimentos que devem ser mediado para um propósito que contribua, de forma articulada e sistemática, no desenvolvimento da cidadania das pessoas, tornando-as possíveis de buscar seus direitos e cumprirem os seus deveres. O educador que atua em ambiente não formal da educação, também cumpre o papel de intermediário, onde se encaminha a vivência social para um viés educacional.

Requer uma atenção minuciosa no atendimento de crianças vítimas da violência intrafamiliar por parte do educador ao receber crianças que passaram por este tipo de problemas, que elas precisam conhecer, desde o princípio até durante toda sua vida, o seu papel social. Na educação especial é trabalhada a inclusão de pessoas no aspecto social e educacional, pois não somente de pessoas com deficiências, sejam elas cognitivas ou físicas, mas sim, qualquer forma de promover a educação das pessoas em ambientes não formal, quando elas são vitimadas por formas de violência que perduram na sociedade tirando os direitos e deveres.

O Abrigo Cordeirinho de Deus, como um ambiente de educação não-formal, resguarda o direito garantir no dia-a-dia de suas crianças, terem o pleno acesso ao ensino e ao processo educacional de uma sociedade democrática, distanciando cada vez mais as injustiças que são praticadas no meio social. Lá prioriza-se a formação ética de forma ativa e cooperada como agente de combate as injustiças cometidas pela violência intrafamiliar que seus internos sofreram no passado antes de adentrarem no abrigo.

Um bom cidadão não se forma apenas entre as paredes de uma sala de aula, pois o processo de aprendizagem acontece em qualquer espaço desde que busque um propósito para a formação do cidadão, fazendo que ele compreenda o seu papel no meio social de acordo com espaço vivido por ele e que a interação com os demais atores sociais, pode construir uma sociedade mais desigual e mais cooperativista.

Conclui-se que o papel do profissional em educação especial possui uma amplitude do seu propósito que vai além dos muros de um ambiente formal promotor da educação,

criando bases para a participação na sociedade civil organizada dos alunos, encaminhando eles para o processo de humanização para que no futuro possa existir menos situações de risco no meio social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, M. A. & GUERRA, V. N. A. & VAICIUNAS, N. **Incesto ordinário: a vitimização sexual doméstica da mulher-criança e suas consequências psicológicas.** In: AZEVEDO, M. A. (org). **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento.** 3 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

BRASIL. **Ministério da Justiça. Estatuto da Criança e do Adolescente.** Brasília: Ministério da Justiça, 1993.

CARVALHO, A. D. F. **As perspectivas do programa institucional de bolsa de iniciação à docência (PIBID) para a formação inicial de professores UFPI.** Disponível em: <http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/VI.encontro.2010/GT.1/GT_01_11.pdf> Acessado em 05/09/2017.

CASSOL, L. & DE ANTONI, C. **Família e abrigo como rede de apoio social e afetiva.** In D. D. Dell’Aglío, S. H. Koller, & M. A. M. Yunes (Orgs.), **Resiliência e psicologia positiva: interfaces do risco à proteção** (pp. 173-201). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006

CECCONELLO, A. M. ANTONI; C. KOLLER, S. H. **Práticas educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar.** Psicologia em Estudo, Maringá, v. 8, num. esp., p. 45-54, 2003

GUERRA, V N. A. **Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada.** 7ª Ed São Paulo: Cortez, 2011.

MOREIRA, M. I. C., SOUSA M. G. **O Social em Questão** - Ano XV - nº 28, 2012.

REGO, T.C. **Vygotsky - Uma Perspectiva Histórico-Cultural da Educação.** Petrópolis:

UNICEF. **Pequenas Vítimas.** Disponível em
<https://www.unicef.org/brazil/pt/Pags_020_039_Violencia2.pdf> . Acesso em 04/09/2017.

World Health Organization (WHO). **Report of the consultation on child abuse prevention.**
Geneva, Switzerland, 1999.